

ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIVISÃO DE ENSINO

A Política e a Polícia Militar: Necessidades de
Política dos Policiais Militares

Oficial-Aluno: Cesar Augusto S. Matos

MONOGRAFIA CAO-91

Goiânia, Go/1991

César Augusto Sena Matos - Cap - PM

A Política e a Polícia Militar: Necessidade de
Politização dos Policiais Militares

Monografia apresentada como exigência
parcial para a conclusão do curso de
Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO, pe
la Academia de Polícia Militar do Es-
tado de Goiás, sob a orientação do
Prof. Osório José da Silva.

Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás
Goiânia - 1991

Agradecimentos

Em primeira elevação registro os meus reconhecimentos a EDNA, minha esposa, pela incansável dedicação que demonstrou ao meu lado, Ajudando-me na montagem do presente trabalho, e pelo seu positivismo contagiante, nas longas horas de pesquisas.

Entre as várias frases de efeito moral, tão necessárias nos momentos de dificuldades, que dela ouvi, cito a que mais renovava minha disposição:

"Vá em frente. Você será vitorioso."

A todos que concederam-me opiniões e aos meus colegas de curso: Capitães Djalma-PMGO, Teixeira-PMMS e Alcântara-PMMS. Ficam aqui os meus agradecimentos pelos apoios significativos que recebi, facilitando-me a realização desta monografia.

Dedicatória

Por tratar-se da abordagem de um assunto que faz parte de nossas vidas desde o início da humanidade, apesar de reconhecido como ciência social somente no século XIX e tendo seu avanço significativo agora em nosso século..., é que dedico o presente Trabalho às crianças e adolescentes, que formarão as gerações de adultos, num futuro próximo.

Em especial destaco os adolescentes Emerson e Cesar e, a minha criança Gabriela - meus filhos - para frutificarem os sentimentos de amor ao próximo dentro dos princípios básicos da ciência das relações sociais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
I - A CIÊNCIA POLÍTICA	04
1 - Breve Histórico	04
2 - Conceito	08
3 - Onipresença da Política	09
II - A POLÍTICA E A SOCIEDADE	11
1 - Considerações	11
2 - Os Sindicatos no Brasil	12
2.1 - Surgimento e Legalização	12
2.2 - Evolução	13
3 - O Policial Militar Como Trabalhador	14
4 - A Igreja e sua Participação Política	15
5 - A Arte e a Política	17
III - A POLÍTICA E A POLÍCIA MILITAR	22
1 - Considerações Históricas	22
2 - Dividindo Espaço com a Guarda Civil	23

3 - No Desempenho de Suas Tendências	25
4 - Convivência com as Atuais Guardas Civis	27
IV - NECESSIDADE DE POLITIZAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES ..	29
1 - Retrospectos Político-Sociais	29
2 - O Policial Militar e sua Convivência Social	31
3 - Entrevista/Opinião	32
3.1 - Objetivos	32
3.2 - Rol de Questões	32
3.3 - Entrevistados: Biografia Política	35
4 - Opiniões dos Entrevistados	36
CONCLUSÃO	40
BIBLIOGRAFIA	43

INTRODUÇÃO

Quando a Academia de Polícia Militar de Goiás, aprovou o presente tema, confesso que fiquei entusiasmado e feliz. Por outro lado fiquei apreensivo pelo fato de dispor apenas de quarenta dias para a realização do trabalho monográfico, ordenando metodologicamente o assunto que faz parte de minha vida desde criança.

Sendo o mais velho de dez irmãos, convivi, desde cedo, com as situações políticas que sempre nortearam meu pai Euclidez Augusto Matos.

Em 1979 tive a oportunidade de ser nomeado prefeito do município do Oiapoque, pelo então governador do Território Federal do Amapá - Sr. Aníbal Barcelos -, momento em que, aos 30 anos de idade, participei, no extremo do poder, da relação política: governo e sociedade. Foram 18 meses de convivência direta com as ansiedades de uma parcela do povo brasileiro, com as necessidades e o contraste da fronteira do primeiro com o terceiro mundo - França e Brasil.

Em dezembro de 1985, novamente fui agraciado com a nomeação de Sub-Prefeito do Distrito de Laranjal de Jari no Município de Mazagão - AP, pelo então prefeito Prof. Lucimar

Del Castillo, onde novamente deparei com um contraste sócio-econômico - numa margem do rio Jari o poderio do projeto Jari, na outra margem, no Amapá, os favelados braçais a serviço do grande capital.

Outros tantos períodos marcantes, menos documentados, vivenciei em meu Estado do Amapá, em funções Policiais Militares.

Por todas essas razões é que dediquei-me, nesse curto espaço de tempo, para apresentar este trabalho, que tem a finalidade primeira de cumprir normas da Academia de Polícia Militar de Goiás e, no segundo momento, aproveitando minhas experiências políticas, tem o objetivo de despertar o interesse dos companheiros policiais militares, para o estudo de tão polêmico e diversificado assunto, que é a necessidade de conhecer política como a ciência social que estabelece as relações entre governo e sociedade. Além de que, pretendo exaltar o bem maior da humanidade: a liberdade de pensamento e expressão.

As obras que consultei juntamente com as entrevistas de políticos, auxiliaram-me a ordenar pontos de vista que venho amadurecendo em anos de vivência no assunto, de forma que o presente trabalho é mais verdadeiramente conclusões apuradas, pelo fato de não aceitarmos opiniões só porque foram dadas por "estudiosos".

Abordamos o presente tema, mostrando que toda a sociedade organizada discute política e toma decisões políticas. Vemos pessoas que se dizem apolíticos mas, suas vidas são cheias de acontecimentos ou momentos de influência política.

Conduzimos nossa narrativa acompanhando as transformações sociais - igreja, sindicatos, outras associações de classe... -, desde o Brasil Colônia até os nossos dias. Mostrando a presença constante da Polícia Militar porém, exposta às decisões e consequências políticas. Tudo porque nunca exercitou a política como caminho para a interação social.

Fazemos, além de um chamamento, um alerta a todos nós para o fato constitucional das Guardas Municipais e para a questão da unificação da Polícia Militar com a Polícia Civil.

Finalmente sugerimos algumas medidas a serem tomadas para o início de um debate e aprendizado político dentro dos quartéis da Polícia Militar de Goiás.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECÁ

I - A CIÊNCIA POLÍTICA

1 - Breve Histórico

Até o século XIX os problemas políticos foram estudados, principalmente sob o ponto de vista moral. Procurou-se estudar a forma de governo considerada "boa" e desconsiderada qualquer outra chamada "má".

Aristóteles foi o fundador da ciência política no século IV a.C., com métodos ligados a moral: o que é "bom" e o que é "mal".

Maquiavel multiplicou as observações de Aristóteles independentemente de preocupações morais, ateve-se aos fatos criando método comparativo histórico.

Sua objetividade e "amoralismo", lhe valeram sua má reputação: "Maquiavelismo" é sinônimo de trapaça e imoralidade. Apesar da sua vida política não ter nada edificante, toda via corresponde ao que se praticava no seu tempo (séc. XVI).

Maquiavel mostrou a verdade cruel disfarçada por traços dos mitos do bem comum, do interesse da coletividade etc, desmistificando dessa forma, o Estado todo poderoso.

Montesquieu escreveu ESPÍRITO DAS LEIS (1748), consi

derada universalmente como a obra mais importante da história da ciência política, juntamente com a POLÍTICA de Aristóteles. Desenvolveu o método de observação dos fatos, porém, sobre a base da história e sob uma base geográfica, com rigor científico.

Somente na segunda metade do séc. XIX é que o termo ciência política começa entrar na linguagem corrente e nova etapa no desenvolvimento da ciência política tem início, com as contribuições significativas de Tocqueville, Augusto Comte e Karl M^ax, como disciplina autônoma.

Alexis de Tocqueville - sua obra fundamental - De la Democratie em Amérique (1835 - 1840) - marca uma nova etapa no desenvolvimento da ciência política. A observação direta dos fatos, até então estava embrionária. Montesquieu fez algumas viagens porém, não tirou muitas informações científicas. Enquanto Tocqueville, realiza verdadeiras pesquisas dos fatos em seus locais de acontecimentos.

Após observação direta dos fatos, Tocqueville, constrói uma imagem coerente com o sistema estudado.

Augusto Comte (início séc. XIX) contribuiu grandemente para o desenvolvimento da ciência política. Ele escreveu "hoje, os sábios devem elevar a política ao nível das ciências de observação" entretanto, estava convencido da unidade das ciências sociais, daí não era favorável a sua divisão em ciências particulares.

Apesar de orientar suas obras para a pesquisa positiva, Comte permanece incrivelmente moralista e deixa transparecer em suas descrições pretensamente científicas. Mesmo

assim, Comte trouxe à ciência política dois elementos essenciais:

- em primeiro lugar, assentou as bases definitivas do método objetivo: objetividade na análise dos fenômenos sociais.

- em segundo lugar, ele estabeleceu que a idéia de que os fenômenos sociais poderiam ser objeto de uma análise realmente científica, tal como os fenômenos da natureza.

Augusto Comte insistiu no desenvolvimento futuro das ciências sociais, que ele considerava como as mais importantes para o porvir da humanidade.

Karl Marx - geralmente, nos países ocidentais, tende-se a ignorar ou ^{ou}diminuir a contribuição do marxismo ao desenvolvimento da ciência política:

- a passagem do socialismo utópico para o socialismo científico marca uma etapa decisiva na história das idéias políticas.

- deu uma nova explicação geral dos fenômenos do poder, elaborando uma nova cosmogonia.

A ciência política começou a ser oficialmente reconhecida como disciplina autônoma no final do séc. XIX. Esse reconhecimento não se deu ao mesmo tempo em todos os países.

Foi nos Estados Unidos que ela obteve primeiro o direito de cidadania.

A segunda guerra mundial abre uma nova etapa nesse domínio.

Desde 1945, a ciência política se acelera, toma caráter internacional.

No fim do século XIX, são feitos esforços em diversos países para incluir-se a ciência política nas estruturas universitárias. Somente nos Estados Unidos tem sucesso, fracassando em todos os outros lugares. Daí o desenvolvimento que a ciência política tem nesse país entre as duas guerras mundiais.

De 1900 a 1945, a ciência política foi quase que exclusivamente uma ciência americana, o que explica o impulso técnico dos Estados Unidos, a esse respeito. A partir de 1945, a ciência tornou-se internacional:

- na França o isolamento dos anos 1940 - 1945 faz nascer uma necessidade de contato com o estrangeiro; a reforma das faculdades de direito em 1954, mede a amplitude da evolução.

- na Alemanha Ocidental, a esterilidade do período hitlerista deixou as ciências sociais no deserto. A maioria dos estudiosos no assunto se refugiaram nos Estados Unidos. Todavia, o contato americano criou condições para um despertar político na Alemanha.

A União Nacional de Educação - UNESCO - no plano internacional, contribuiu para o fortalecimento da ciência política, criando em 1949 a Associação Internacional de Ciências Políticas (I. P. S. A.), que estabeleceu contato entre pesquisadores do mundo inteiro e facilitou a criação de um grande número de associações nacionais.

Hoje, a ciência política está em pleno desenvolvimento. Os "politicólogos" continuam observando fatos e associando-os com as teorias, em busca de cosmogonia, de uma teoria geral que integrá todas as conclusões, visto que nem a velha cosmogonia derivada de Aristóteles, de Montesquieu, nem a de Marx, são suficientes, por não contarem com os resultados das importantes pesquisas realizadas desde o início do século atual.

Sendo a ciência política, uma ciência social, ela faz parte da vida de todas as pessoas, não podendo limitar-se ao poder do governo ou às relações internacionais desses governos; sendo necessário que cada cidadão participe dela como membro ativo da sociedade em busca de harmonia.

2 - Conceito

Desde os temp^{os} de Aristóteles tem sido amplamente aceito a idéia de que uma relação política implica, de alguma forma, em autoridade, governo ou poder. Inclusive um dos mais considerados cientistas sociais modernos, o mestre alemão Max Weber (1864 - 1920), postulava que uma associação deveria ser considerada política "se a medida em que o cumprimento da sua ordem é levada a efeito continuamente, dentro de determinada área territorial, pelo emprego e ameaça da força física por parte do corpo administrativo".(1) Nota-se que Weber especificava que a relação de autoridade ou governo era característica essencial da associação política.

(1) - Max Weber, The Theory of Social and Economic Organization, trad. para o inglês de A.M. Henerson e Talcott Parsons - Nova York: Oxford University Press, 1947, pág. 154.

O cientista político contemporâneo, Harold Lasswell, define: "Ciência política, como disciplina empírica, (é) o estudo da formação e divisão do poder", (2) e "o ato político (é) aquele realizado dentro de perspectivas de poder". (3)

Os estudiosos contemporâneos pesquisam de fato os aspectos políticos de firmas sociais, sindicatos operários e outras sociedades privadas. Daí, a análise contemporânea tende a aceitar a definição de sentido amplo do que é político. Vejamos:

Um sistema político consiste de qualquer padrão permanente de relações humanas que impliquem, de maneira significativa, em poder, governo ou autoridade.

3 - Onipresença da Política

A definição de política dada pelos estudiosos contemporâneos é muito ampla e significa que muitas sociedades, não consideradas "políticas", possuem sistemas políticos: Firms comerciais, sindicatos, associações de bairros, clubes particulares, organizações religiosas, tribos primitivas e até mesmo famílias.

Vejamos três considerações que ajudarão a esclarecer este conceito contemporâneo, de que toda sociedade humana tem um aspecto político.

Fala-se normalmente da "direção" de um clube, firma,

(2) - Harold D. Lasswell e Abraham Kaplan, Power and Society (New Haven: Yale University Press, 1950), p. XIV.
(3) - Ibid, p. 240.

etc. Muitas vezes, chega-se a descrever tal direção como autoritária democrática, ditatorial ou representativa; fala-se da "política" e da "politicagem" nessas associações.

O sistema político é apenas um dos aspectos de uma associação. Quando falamos de certa pessoa que é padre, professor, fazendeiro, policial, não queremos dizer que ela seja apenas padre, apenas professor, apenas fazendeiro, apenas policial, ~~como~~ provavelmente, nenhuma associação humana seja apenas política em todos os seus aspectos. Nas vidas das pessoas existem muitas outras relações além de poder e autoridade - há manifestações de amor, respeito, propósitos, dedicação, crença comuns e assim por diante.

Na definição de que tratamos, não torna implícito que em todo sistema político, as pessoas procuram dirigir as demais, desejam autoridades, lutam pelo poder ou algo semelhante. Na verdade, poderiam existir relações de autoridades mesmo entre pessoas que não desejam particularmente exercer a autoridade, ou em situações onde as pessoas com a máxima autotidade são as que menos a desejaram. Em muitos clubes particulares, por exemplo, os sócios mais ávidos pelo cargo de direção frequentemente são os que menos possibilidades têm de ser eleitos, justamente porque a maioria dos sócios preferem na direção elementos cuja ambição de poder seja tão moderada que se possa confiar nelas como pessoas que procurarão saber do ponto de vista dos demais, ^{isto, em vez} ao invés de impor sua própria vontade a todos os outros.

II - A POLÍTICA E A SOCIEDADE

1 - Considerações

Quando se trata de sociedade, entende-se aquela formada pelas associações como sindicatos, clubes particulares, etc. Ou seja, a sociedade organizada.

Essas associações organizaram-se ao longo da história do homem. A proporção que determinado grupo de trabalhadores, seja qual for sua especialidade ou ramo de produção, no desempenho de suas atividades profissionais, passa a ter dificuldades com seu rendimento e, em consequência, com sua remuneração, surgem os questionamentos e os debates entre os membros do grupo em busca de compreensão dos fatos e em busca da possível solução.

Quando essas associações partem para a solução do problema que ^{as} os atrapalha e impede que a classe siga seu progresso natural, e são ^{as} impedidos por medidas tomadas por aqueles que têm interesses contrários, podem acomodar-se e submeterem-se naturalmente à vontade de seus oponentes, ou, por ou tro lado, voltam aos debates entre os membros da classe, para melhor compreensão da questão, decidindo por medidas mais eficazes e contundentes, podendo chegar mesmo ao extremo da violência. Logicamente que para chegarem ao extremo da violência,

esses reivindicantes traçam sua trajetória que vai desde as solicitações formais, passando pelas publicações da imprensa para sensibilizar a opinião pública - chegando até as greves.

Ora, depois de tantas tentativas sem solução satisfatória as pessoas, no desespero de verem a si e aos seus em posição de inferioridade - comendo mal, dormindo mal, se transportando mal, vestindo-se mal-, muito provavelmente lançam-se à luta armada.

É nesse contexto de intolerância que ocorre a reflexão da classe trabalhadora no mundo: O sistema de governo aliado ao sistema econômico são os responsáveis, logo, a modificação é possível através da conscientização política.

2 - Os Sindicatos no Brasil

Sindicato é a organização que representa oficialmente os interesses dos trabalhadores. Organizado livremente por estes trabalhadores, autônomo em relação ao Estado, independente em relação aos partidos políticos. Essa organização deve ser democrática e classista.

2.1 - Surgimento e Legalização

Assim como em outros países, no Brasil, a história do sindicato está diretamente ligada às cidades onde existiram fábricas. Foi a partir do início deste século com a industrialização que se criaram os primeiros sindicatos.

Naquela época não existia nenhuma lei de proteção do trabalhador. À medida que as classes trabalhadoras foram adquirindo conhecimento das distorções e disparidades, com relação aos seus direitos de salários dignos, condições de traba-

lho e outros, foram organizando-se mesmo sem o reconhecimento do governo.

Em 1930, as classes trabalhadoras atingiram um grau de conscientização e organização tal, que o então Presidente da República Getúlio Dorneles Vargas, criou uma série de leis reconhecendo os sindicatos como órgãos de representação dos trabalhadores. Entretanto o governo com visão política maior que as classes trabalhadoras, elaborou estas leis, inserindo em seus conteúdos dispositivos jurídicos de maneira que os sindicatos ficassem sujeitos a ingerência do governo.

A partir da legalização do sindicato houve um período de estabilidade e marasmo, demorando que o trabalhador compreendesse a posição política tomada pelo governo, ao atrelá-los a si.

2.2 - Evolução

Com a revolução de 31 de março de 1964, as classes trabalhadoras foram mais cerceadas em suas reivindicações. O Brasil precisa crescer economicamente e o trabalhador era peça fundamental nesse empreendimento. Com a repressão política surgem vários contestadores no seio da classe trabalhadora, levando-a a uma reflexão, compreensão e conscientização do quadro político-social daquele momento.

A partir de 1979, através das greves de metalúrgicos do ABC paulista, sob a liderança principal de LUIS INÁCIO LULA DA SILVA - líder político fruto da luta de classe - foi que os trabalhadores começaram a conquistar um sindicato livre e independente.

Em 1983, o movimento sindical, já bem mais ^côncio de suas intenções e objetivos, deu um salto significativo na questão política fundando a Central Única dos Trabalhadores - CUT, que avança da luta apenas no âmbito da categoria, dando a ela uma dimensão classista.

A partir do surgimento da CUT no cenário nacional, as classes trabalhadoras passaram a se organizar melhor e aumentou o debate e o conhecimento político, rumo à reforma agrária, saúde e educação de qualidade, enfim levantando questões político-sociais para toda a população brasileira.

3 - O Policial Militar como Trabalhador

Enfocando aqui o trabalhador como empregado, do outro lado de suas atividades profissionais existe alguém que aguarda por sua produção e tem o direito de cobrá-la na proporção de acertado e oferecido como meios para um resultado satisfatório do empreendimento.

A população sentindo a necessidade em transitar pelas ruas da cidade a qualquer hora do dia ou da noite, contrata os serviços de pessoas para garantirem a tranquilidade pública, incluindo orientação do trânsito, preservação de meio ambiente, patrulhamento em rodovias e, entre tantos serviços, tem-se o policiamento ostensivo fardado realizado pela Polícia Militar.

Se a Polícia Militar presta serviço à população e por esta é paga, através do governo que administra o dinheiro arrecadado dessa população, então, implica que há uma relação óbvia de empregado (Polícia Militar) e patrão (população). Sendo o governo o administrador e tesoureiro desta relação empre

gática, cabe-lhe oferecer os meios necessários como salários, equipamentos, fardamentos, meios de comunicações, etc, para a eficaz prestação dos serviços acertados.

Cada componente da Polícia Militar é um membro da comunidade onde mora e tem suas relações com familiares e vizinhos, quer sobre assuntos restritos a política da boa vizinhança, ou são compulsados a pensar, discutir e tomar posições sobre assuntos políticos que envolvem moradia, saneamento básico, saúde, educação, segurança, etc. Estando desta forma, o Policial Militar perfeitamente envolvido nas questões políticas sociais. Mesmo que o governo recuse-se a permitir-lhe o direito de entender o sistema político do qual faz parte e ajuda a manter.

4 - A Igreja e Sua participação Política

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, pela sua formação cristã, trouxeram também a igreja católica.

No Brasil Colônia a igreja católica passou a catequizar os índios e a atuação dos padres jesuítas expandiu-se politicamente que a coroa portuguesa, sentindo dificuldades para escravizar os índios, expulsou os catequistas do Brasil.

Sempre caminhando lado a lado com os governos, a igreja católica foi explicitada claramente na constituição de 1824, onde constava que o Brasil era um país católico.

Evidentemente que em cada fato marcante da história do Brasil encontramos a atuação e influência da igreja, ora conciliadora, ora crítica e influente. Assim, é que nesse quadro de participações políticas, chega a igreja às últimas dé-

cadás.

As chamadas "pastorais populares", atuando em vários setores da sociedade são a eminente participação da igreja na política. Podemos citar o Conselho Indigenista Missionário, Comissão Pastoral Operária, Pastoral da Pesca, Pastoral da Mulher Marginalizada como segmentos avançados da igreja em seu trabalho pastoral e político, fundamentado na fé cristã e de amor ao próximo.

Hoje, a Igreja evidencia-se com a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A CPT é um órgão oficioso da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) criada em 1975. Tem suas raízes em fatos bem anteriores à data de sua criação, como a repressão sobre a prelasia de São Félix do Araguaia - MT, nos anos de 1972 e 1973, quando o padre Francisco Jentel apóia e organiza os posseiros da região contra a empresa agropecuária Codeara do Banco de Crédito Nacional, que pretendia tomar as terras locais, cujo resultado, após inúmeras violências, foi satisfatório para os posseiros.

Junta-se aos fatos localizados e de repercussão nacional, a questão dos trabalhadores escravos nas fazendas, as péssimas condições de vida das famílias no campo (escola, saúde, etc...), a eterna falta de rumo da reforma agrária e outras tantas questões sociais no meio rural, levando os cristãos a perceberem que não se resolve o problema da pobreza apenas dando assistências aos pobres mas, assumindo junto suas causas e ajudando-os a politizarem-se dentro das linhas mestras do cristianismo.

A CPT atua em várias regiões do Brasil, principalmen

te na Amazônia, Paraná e bico do Papagaio - TO, onde os conflitos de terra são constantes.

Pode-se pensar que a igreja hoje tenha recuado nos seus movimentos no palco das denúncias contra o sistema, mas nota-se que na década de 80 novos partidos surgiram. O PT, CUT e movimentos específicos - com os sem terra, negro, mulher e direitos humanos - absorveram e direcionaram os recursos gerados pela pastoral popular. Portanto, não foi a igreja que recuou, foram os seus militantes leigos, que avançaram reforçando instrumentos políticos que passaram a dividir com a igreja o papel contestatário da realidade nacional.

5 - A Arte e a Política

Pode-se participar da transformação da sociedade através de idéias fundamentais, sem que se utilize diretamente pregações políticas. Entre as inúmeras personalidades da história da humanidade podemos citar CHARLES SPENCER CHAPLIN, que, apesar de afirmar que não era político, dizia-se um defensor da liberdade, da justiça e da verdade. O discurso que Chaplin proferiu no final do filme "O Grande Ditador" nos mostra o quanto estava comprometido com os valores sociais:

"Sinto muito mas não pretendo ser um imperador. Não é esse o meu ofício. Não pretendo governar ou conquistar quem quer que seja. Gostaria de ajudar a todos - se possível -, judeus, o gentio... negros... brancos.

Todos nós desejamos ajudar uns aos outros . Os seres humanos são assim. Desejamos viver para felicidade do próximo - não para o seu infortúnio. Por que temos que odiar e desprezar uns aos outros? Neste mundo há espaço para todos. A terra, que é boa e rica, pode prover a todas as nossas neces-

sidades.

O caminho da vida pode ser o da liberdade e da beleza, porém, desviamos-nos dele. A cobiça envenenou a alma dos homens... levantou no mundo as muralhas do ódio... e tem-nos feito marchar a passos de ganso para a miséria e os morticínios. Criamos a época da produção veloz, mas nos sentimos enclausurados dentro dela. A máquina, que produz em grande escala, tem provocado a escassez. Nossos conhecimentos fizeram-nos céticos; nossa inteligência, empedernidos e cruéis. Pensamos em demasia e sentimos bem pouco. Mais do que máquinas precisamos de humanidade; mais do que de inteligências, precisamos de afeição e doçura! Sem essas virtudes, a vida será de violência e tudo será perdido.

A aviação e o rádio aproximaram-nos muito mais. A própria natureza dessa aproximação é um apelo eloqüente à bondade do homem... um apelo à fraternidade universal... à união de todos nós. Neste mesmo instante a minha voz chega a milhões de pessoas pelo mundo afora... milhões de desesperados, homens, mulheres, criancinhas... vítimas de um sistema que oprime seres humanos e encarcera inocentes. Aos que me podem ouvir, eu digo: "Não desesperéis!" A desgraça que tem caído sobre nós não é mais do que o produto da cobiça em agonia... da amargura de homens que temem o avanço do progresso humano. Os homens que odeiam desaparecerão, os ditadores sucumbirão e o poder que do povo arrebataram há de retornar ao povo. E assim, mesmo que morram homens, a liberdade nunca perecerá.

Soldados! Não vos entregueis a esses homens violentos... que vos desprezam... que vos escravizam... que arregimentam as vossas vidas... que ditam os vossos atos, as vossas

idéias e os vossos pensamentos! Que Vos fazem marchar ao mesmo passo, que Vos submetem a uma alimentação racionada, que nos tratam como um gado humano, e que Vos utilizam como carne para canhão! Não sois máquina. Homens é que sois! E com o amor da humanidade em vossa alma! Não odieis! Só ^oodiam os que não se fazem amar... os que não se fazem amar e os desumanos.

Soldados! Não batalheis pela escravidão! Lutai pela liberdade! No décimo sétimo capítulo de São Lucas está escrito que o reino de Deus está dentro do homem - não de um só homem ou de um grupo de homens, mais de todos os homens! Está em vós! Vós, o povo, tendes o poder - o poder de criar máquinas... o poder de criar felicidades! Vós, o povo, tendes o poder de tornar esta vida livre e bela... de fazê-la uma aventura maravilhosa! Portanto - em nome da democracia - usemos esse poder, unamo-nos todos nós! Lutemos por um mundo novo...um mundo bom que a todos assegure o ensejo de trabalho, que dê futuro à mocidade e segurança à velhice.

É pela promessa de tais coisas que desalmados [^]têm subido ao poder. Mas só mistificam! Não cumprem o que prometem. Jamais o cumprirão! Os ditadores liberam-se, porém, escravizam o povo. Lutemos agora para libertar o mundo, abater as fronteiras nacionais, dar fim a ganância, ao ódio e a prepotência. Lutemos por um mundo de razão, um mundo em que a ciência e o progresso conduzam à aventura de todos nós. Soldados, em nome da democracia, unamo-nos!

Hannah, estás me ouvindo?! Onde te encontres, levanta os olhos! Vês, Hannah? O sol vai rompendo as nuvens que se dispersam! Estamos saindo das trevas para a luz! Vamos entran

do num mundo novo - um mundo melhor, em que os homens estarão acima da cobiça, do ódio e da violência. Ergues os olhos Hannah! A alma do homem ganhou asas e afinal começa a voar. Voa para o arco-íris, para a luz da esperança. Ergue os olhos Hannah! Ergue os olhos!"

Em seu discurso Charles Chaplin mostra que queremos viver em harmonia e liberdade, porém, minorias de psicopatas políticos cheios de cobiça semeiam a discórdia, o ódio, a injustiça e a desesperança.

Exalta sentimentos de afeição e humanidade, sem os quais os homens terão um mundo violento.

Faz um chamamento aos exércitos - instrumentos nas mãos dos poderosos desalmados - para uma conscientização política, mostrando-lhes que também são vítimas, juntamente com os oprimidos.

Chaplin cita uma passagem da bíblia para esclarecer que a decisão dos rumos de nossas vidas e é direito de todos nós, num consenso popular, não direito de um grupo.

Lembra, ainda, o grande dramaturgo do séc. XX, que é com promessas de um mundo melhor que desalmados têm subido ao poder.

E finalmente, em sua ânsia de dias promissores, lembra a sua miserável infância nos subúrbios de Londres no final do século passado e início do atual, e envoca o nome de sua mãe - Hannah - como para que ela também sentisse o mundo democrático e cheio de harmonia e amor com que tanto sonhara em vida.

Com acentuado posicionamento a respeito das questões sociais, Charles Spencer Chaplin fez política, com certeza.

III - A POLÍTICA E A POLÍCIA MILITAR

1 - Considerações Históricas

Podemos perfeitamente associar a origem da Polícia Militar à própria história do Brasil. No Brasil Colônia foi criado o Serviço Gratuito de Polícia para defender as terras contra incursos piratas. Decisão política da Coroa Portuguesa.

Em 1710, nas Minas Gerais, foi criado o TERÇO, para manter a ordem na zona dos garimpos, reformado e criadas as Companhias de Dragões, onde registra a história a presença de ilustre político: Tiradentes, servindo como soldado e alferes.

Quando em 1808 a família real, por questões políticas com a Espanha, veio para o Brasil, criou-se a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia.

Após a independência, e com o surgimento das províncias, foi que a segurança pública teve mais atenção do governo, visto que até então, as decisões políticas, sobre questões de segurança, relacionava-se com a posse das terras coloniais e a garantia do poder. Criou-se os ^{Corpos} ~~Corpos~~ de Guardas Municipais Voluntários para manter a tranquilidade pública e a jus-

tiça.

Em 1918, os Corpos de Guardas Municipais Voluntários são taxativamente classificados como "Forças Auxiliares" do Exército Ativo e seus integrantes passam a ser considerados no exercício de prestação do serviço militar. Esse fato levou a União a tomar mais uma decisão política. A partir de 1931, a União passa a exercer controle sobre as Forças Policiais Estaduais, principalmente na questão armamento e efetivo.

A Constituição de 1824 previa atribuições para a Força Militar, vinculando-se ao Poder Executivo Central. Com certeza um reflexo da situação política pós-independência, bem como da tendência centralizadora da época.

A Polícia se limitava a pequenas forças à disposição dos Presidentes das Províncias e Assembléias Provinciais, cabendo as intervenções mais enérgicas a então chamada Força Militar, na verdade, o Exército e a Marinha.

Com o advento da República, a Nação Brasileira adota o sistema Federativo, conforme o artigo primeiro da constituição de 1891. Este sistema implicava na autonomia dos Estados Federados, incumbindo a cada Estado prover às suas despesas as necessidades de seu governo e administração, cabendo à União prestar socorro ao Estado que, em caso de calamidade pública, o solicitassem (Artigo 5º, C. F. 1891).

2 - Dividindo Espaço com a Guarda Civil

O Estado de São Paulo, em 1896, contava com uma Brigada Policial, com três Batalhões de Infantaria, um Regimento de Cavalaria, um Corpo de Bombeiros, uma Companhia de Guardas

Cívicos da Capital e uma Companhia de Guardas Cívicos do Interior. Com a evolução e crescimento das cidades, cria-se sob a égide do Federativismo pequenos Exércitos Estaduais que passam a exercer o Poder Policial.

Em 1924, a estrutura policial de São Paulo sofreu a sua mais significativa transformação. Consequência do seguinte movimento político, de repercussão nacional: A 5 de julho de 1924, Miguel Costa, Comandante da Força Pública - insuflou e dirigiu a sublevação da tropa. O então governador de São Paulo, Carlos de Campos, assistiu impotente a atitude da Força Policial encarregada do policiamento da Capital, até que chegassem as Forças Federais, na capital paulista, no dia 28 de julho de 1924, restaurando-se a ordem após vinte e três dias do motim. Então Miguel Costa partiu em longa peregrinação que culminou com o episódio conhecido pelo nome de "Coluna Prestes" em homenagem ao seu próprio chefe político - Comunista Carlos Prestes.

Com o episódio de 1924, em São Paulo, estabeleceu-se a crise de confiança entre o governo do Estado de São Paulo e as Forças Militares teoricamente sob seu Comando. O governo, aparentemente de forma intencional, deixa a capital sem policiamento aumentando sensivelmente o índice de criminalidade.

Com o aumento da criminalidade, a população tinha a sensação de que as forças militares eram incapacitadas para a garantia da segurança pública. Estava estabelecido o clima para criação de uma corporação sem caráter militar. Assim foi que, a 22 de outubro de 1926, com a opinião pública ao seu favor, Carlos de Campos criou a Guarda Civil da capital.

Note-se que mais uma vez a "Polícia Militar" é manobrada por político, por não ter conhecimento suficiente da ciência do poder a corporação viu-se renegada a segundo plano, na prestação de serviço de segurança a sociedade.

Enquanto a guarda civil foi designada a:

... vigilância e policiamento da capital, a inspeção e fiscalização da circulação de veículos e pedestres e das solenidades festivas e divertimentos públicos, incumbindo-lhe também os serviços de transportes policiais e comunicação por meio de telégrafos e telefones. (Artigo 2º da lei nº 2241 de 22/10/1926), a Polícia Militar passou a atuar nas pequenas cidades do interior de São Paulo, visto que, além da capital a Guarda Civil era responsável pelas grandes cidades do interior.

Durante mais de quarenta anos a Polícia Militar em vários estados do Brasil, inclusive em Goiás, conviveu com outra força policial fardada que possuía ligação mais direta com a população projetava-se na opinião pública e por alguns momentos, dava impressão de conquistar a posição de guardião da sociedade. Posição esta que já deveria ser da força pública (Polícia Militar), não fosse a maneira militarizada como caminha até hoje, desconhecendo o mundo político que sempre a circundou.

3 - No Desempenho de Suas Tendências

Com a revolução de março de 64, a Polícia Militar é novamente envolvida em movimentos e atos políticos sem que tenha engajado por sua vontade própria, sem que tenha traçado seus próprios rumos:

- Os Militares fizeram a revolução, impuseram a ditadura, tiraram o direito do povo de eleger o seu presidente e seus governadores: criaram severas restrições à imprensa e repressão aos que se opunham ao regime militar. O controle da segurança dos Estados-Membros é muito importante, por essa razão precisava ser centralizado.

- A política norte americana do pós-guerra, elaborou a doutrina de segurança nacional, com sucesso nos meios militares latinos americanos: os Estados Unidos responsabilizavam-se pela defesa de nossas fronteiras externas contra o avanço do gigantesco poderio militar soviético, o grande inimigo naquele momento. Em contra partida, caberia às forças armadas do terceiro mundo, a repressão ao inimigo interno, invisível, permanentemente ameaçando a "democracia" . Este inimigo ideológico politicamente e que não lutava com uniformes militares, mas confundia-se com o povo. Era traiçoeiro que podia aparecer a qualquer momento e em qualquer lugar.

Assim foi que os revolucionários decidiram extinguir a Guarda Civil, fortalecendo a Polícia Militar. Facilitando a centralização do controle da segurança pública nos Estados Membros. A 31 de dezembro de 69, o chefe do Gabinete do Presidente da República, João Batista de Figueiredo, comunica ao governador do Estado de São Paulo a extinção das Guardas Civis (Dec. Lei nº 1072/69). Inclusive conforme o depoimento do Cel PM Raimundo Cardoso, a guarda civil de Goiás, foi apanhada de surpresa com esta extinção.

O regime militar utilizou a Polícia Militar na repressão a guerrilha urbana e aos movimentos reivindicatórios.

Tanto foi a preocupação com a dominação e utilização da Polícia Militar, que ela foi comandada por oficiais do Exército Brasileiro, por muitos anos.

4 - Convivência com as Atuais Guardas Civis

A constituição Federal, no parágrafo oitavo do artigo 144, assim dispõe:

"Os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei."

Logicamente, que esta conceituação é bem diferente da Guarda Civil extinta. Sua missão nada tem a ver com o policiamento ostensivo fardado, prerrogativa exclusiva das Polícias Militares. Ficando expressamente diferenciado o papel hoje legalmente atribuído às Guardas Municipais, diferente do passado: não exerce, nem exercerá função de policiamento preventivo direto, o que significa estar conceitualmente alijada de funções inerentes de segurança pública.

Qualquer espaço que se pretende conquistar no seio da sociedade, só será possível com a atuação, presença viva e seriedade. Dessa forma é que faço um chamamento à nossa Polícia Militar,

Não basta que a Constituição Federal conste a exclusividade da prestação dos serviços de manutenção da ordem pública à Polícia Militar. Se a corporação não oferecer um serviço de policiamento ostensivo fardado satisfatório e eficaz à sociedade, com certeza, ~~que a corporação está~~ ^{está} sujeita a sofrer novas mudanças em função da constante evolução política

por que passa a sociedade brasileira.

Referindo-me novamente às Guardas Municipais, especificamente à Guarda Civil Metropolitana, de São Paulo, criada inconstitucionalmente pelo então prefeito Jânio Quadros, e confirmada pela atual constituição, sabe-se que ^{é exigido} segundo grau escolar ^{dos candidatos,} enquanto a Polícia Militar exige primeiro grau para função análoga. Esta guarda, identificada como agente público, exerce policiamento indireto com os seus componentes fardados e armados nos hospitais, escolas e outros equipamentos públicos do Município.

À proporção que esses agentes de segurança vão oferecendo serviços convincentes à população, vão normalmente transformando-se num patrimônio social, expandindo-se e sendo solicitados para outros locais. A questão pode evoluir a um ponto tal que, o fato da constituição garantir exclusividade à Polícia Militar para manutenção da ordem pública, não será suficiente para evitar um confronto. Expondo-se, mais uma vez, a Polícia Militar a uma situação de falta de credibilidade no seio da sociedade por simples comodismo.

Verdadeiramente, a Polícia Militar tem necessidade urgente de compreender a evolução da sociedade, as mudanças constantes que se verificam a cada geração, que surge com novas idéias e disposição política.

IV - NECESSIDADE DE POLITIZAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES

1 - Retrospectos Político-Sociais

Quando abordamos no capítulo II a relação existente entre a sociedade organizada e a política, mostramos os vários seguimentos sociais organizando-se e fortalecendo-se através do conhecimento político:

- Vimos a questão dos sindicatos - seu surgimento e evolução -, que em nossos dias não se limitam a reivindicações de melhores salários ou condições satisfatórias de trabalho, mas aprofundam-se nas causas políticas e determinam a relação patrão e empregado.

- Verificamos que a Igreja é participativa nas questões sociais e políticas no Brasil, contando hoje com um forte organismo oficial - CNBB - e com o despontamento da Comissão Pastoral da Terra como órgão oficioso da CNBB.

- Os movimentos independentes de defesa da mulher, de defesa do negro e as associações de classe em geral, conduzem suas atividades numa linha de influência e conhecimentos políticos.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

O sistema econômico adotado no Brasil passou por um estágio de duas décadas de governo centralizador, de governo tomador de decisões unilaterais - sem a participação da sociedade -, em benefício de uma minoria que se achava capacitada para fazer crescer o BOLO ECONÔMICO e depois reparti-lo em fatias com os que trabalhavam verdadeiramente para esse crescimento econômico. Entretanto, o que se herdou foi mais desempregados, marginais e analfabetos.

A proporção que a sociedade foi readquirindo o direito de pensar e se expressar, foi organizando-se e participando diretamente das questões político-sociais e econômicas, através das várias associações de classes já citadas, onde, além do tema central, tratava-se da causa do problema.

Por outro lado, os que se negam a aceitar essas mudanças sociais, ainda tentam manterem-se em cargos influentes do governo e realizarem ações emperradoras dessa marcha evolutiva do povo brasileiro. Entre as várias ações emperradoras, está a coercitiva e abusiva maneira dos governos responderem às reivindicações das classes trabalhadoras: utilizando a Polícia Militar para inibir os manifestantes e não garantindo-lhes o direito constitucional de greve.

Numa posição antagônica vemos os próprios policiais militares de Goiás como vítimas do sistema a que servem como braço coercitivo. Basta citarmos os salários baixos e o atraso no pagamento de seus vencimentos, desatualizados desde o mês de dezembro de 1990 e sem direito a manifestarem-se.

2 - O Policial Militar e sua Convivência Social

Os dirigentes desse sistema sócio-econômico, acreditam que os policiais militares são suficientemente doutrinados para suportarem tal situação indefinidamente. Por outro lado, desconhecem que cada policial militar tem um mundo extra quartel - sua família, seus vizinhos, sua igreja, sua associação de bairro e, até mesmo "seu" partido político-, onde ^{na} pode discutir as questões que o envolve diretamente e paulatinamente aumentar seus conhecimentos político-sociais.

A necessidade de politização dos policiais militares fundamenta-se na participação obrigatória que é imposta a todo membro da sociedade na sua organização, manutenção e evolução. O policial militar vive seu di^a-a-dia junto com a população, oferecendo-lhe os serviços de segurança pelo policiamento ostensivo fardado; Sente os reflexos dos questionamentos das classes e, muitas vezes é o anteparo entre o sistema e a sociedade organizada: quando manifestantes grevistas agredem-no física e moralmente, ou quando a imprensa o responsabiliza pela maneira enérgica e coerciva que atua nessas manifestações públicas - transferindo a responsabilidade do governo para a corporação policial militar.

Dessa forma, estando o policial militar diuturnamente inserido nas questões da sociedade, fazendo parte dela e juntos vivenciando progresso ou amargando a recessão, é obrigado a fazer a caminhada evolutiva e inevitável da sociedade brasileira e, logicamente, da sociedade goiana. Motivo que nos leva a levantar a questão e afirmar da necessidade de conhecimentos políticos e sociais dos policiais militares.

3 - Entrevista/Opinião

3.1 - Objetivos

Estamos todos envolvidos no nosso dia-a-dia com as entrevistas: ora entrevistando, ora sendo entrevistado. Os pais querem batizar seus filhos, entrevistam o religioso. Este, por sua vez entrevista os pais e padrinhos.

Algumas pessoas estão mais ligadas às entrevistas, devido ao seu modo de trabalho. Assim é que, um funcionário num guichê de informações, faz pequenas entrevistas. Médicos, advogados, conselheiros, chefe de pessoal e policiais militares, todos empenham partes de seu tempo a conversar com pessoas obtendo informações, tirando conclusões e emitindo pareceres.

Com o objetivo de colher opiniões sobre a questão central do tema que se fundamenta a presente monografia, é que elaborei ^{omero} um rol de questões e convidei ^{omero} pessoas cujas atividades funcionais estão ligadas diretamente ao assunto.

Realizamos entrevista com políticos com mandato e com policiais militares ex-candidatos. Utilizamos gravador de forma que dispomos das opiniões detalhadas, já que no nosso trabalho nos dispomos a constar as idéias centrais dos entrevistados.

3.2 - Rol de Questões

1) De que forma o Sr. mantém contato com o seu eleitorado para dar-lhe conhecimento da sua atuação na Câmara Municipal ou na Assembléia Legislativa?

2) A sociedade organizada, como sindicatos, associações de bairros, que ajudaram-lhe a eleger-se, de que forma acompanham seu trabalho parlamentar a fim de constatarem o cumprimento dos compromissos assumidos em campanha?

3) Que diferença existem nos seus contatos (reuniões, comícios, etc.) com eleitorado analfabeto ou semi analfabeto, e com eleitorado com grau de instrução que permite melhor compreensão das questões político-sociais?

4) Nas coligações partidárias durante as campanhas eleitorais, existe algum tipo de eleitor que contextualiza tal situação? Por quê?

5) Sabe-se que a atuação da Política Militar, nos movimentos de classes quanto às questões agrárias, habitacionais, trabalhistas e outras, é fruto da orientação do próprio governo. Porém se o policial militar tivesse uma visão ampla dessas questões, o Sr. acredita que o confronto direto (manifestante x policial militar) aconteceria de maneira diferente? Como?

6) A imprensa mostra constantemente as arbitrariedades que a Polícia Militar comete nas ruas contra o menor abandonado, contra a prostituta, contra o vagabundo, o bêbado e o delinquente casual. Essas arbitrariedades são consequências de uma série de fatores entre os quais está o grau de conhecimento sócio-econômico do policial militar. Qual a sua opinião a respeito? De que forma poderia melhorar essa visão do policial militar?

7) O advento da nova república com a eleição de Tan-

credo Neves para Presidente da República, abriu os caminhos da participação política para o povo brasileiro. Inclusive a disposição de muitos policiais militares de candidarem-se aos cargos eletivos. Note-se que nas eleições de 1990, houveram, aproximadamente, dez candidatos policiais militares da ativa e da reserva, concorrendo à Assembléia Legislativa do Estado de Goiás. Já que a Polícia Militar de Goiás, tem um efetivo de mais de 10.000 homens, como se explica resultados tão adversos nas eleições?

8) A partir da promulgação da atual Constituição Federal em 05 de outubro de 1988, o cabo e o soldado policial militar, adquiriram o direito de votar. Por que motivo lhes era negado esse direito e dever de cidadão?

9) Qual o inconveniente do policial militar filiar-se a partidos políticos?

10) Está em discussão na Polícia Judiciária Estadual (Polícia Civil) e na Polícia Militar a unificação dessas corporações. Polêmica levantada provavelmente pela Polícia Civil, e com definição provável para a revisão do termo constitucional em 1993. Qual a sua opinião a respeito?

11) O regime militar a partir da revolução de 31 de março de 1964, afim de combater a guerrilha urbana e oprimir os que se opunham ao novo sistema de governo, assumiram os comandos das Polícias Militares, raras exceções 7 formando e doutrinando homens para "sentirem" o inimigo do povo e da revolução até num bêbado exaltado. Essa formação e doutrinação foi forjada no militarismo excessivo, em detrimento da formação policial. A conduta do policial militar, hoje nas ruas

das cidades, em contato com o cidadão comum e com o criminoso estariam, ainda, apresentando traços da época da repressão política?

12) Do seu ponto de vista quais os comprometerimentos que um candidato a Deputado Estadual poderia assumir com o reduto eleitoral da Polícia Militar, de forma a conquistar a confiança deste eleitor?

3.3 - Entrevistados: Biografia Política

Norberto José Teixeira, Deputado Estadual de Goiás, eleito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB-filho de família de políticos em São Paulo, onde seu pai foi vereador por diversas vezes, mudou-se para o Estado de Goiás ainda criança na década de 50. Em 1981 iniciou sua atividade política, quando, a convite do governador Íris Rezende, lançou-se candidato a Prefeito de Aparecida de Goiânia, pelo PMDB. Eleito, administrou o município por 6 anos. Participou da campanha de 1986 na eleição do governador Henrique Santillo, do PMDB. Trabalhou na campanha para Prefeito e Vereadores em 1988, candidatando-se a Deputado Estadual em 1990. No momento cumpre seu mandato na Assembléia Legislativa de Goiás e pretende lançar-se candidato a Prefeito do Município de Aparecida de Goiânia, nas eleições de 1992.

Paulo Souza Neto, 29 anos de idade, vereador do município de Goiânia, eleito pelo Partido dos Trabalhadores - PT -, professor universitário de filosofia. Vem de uma atuação política nos movimentos populares e de movimentos eclesiais. Cumpre seu terceiro ano de mandato exercendo a função de 1º Presidente da Câmara.

Raimundo Cardoso, Coronel da Reserva da Polícia Militar de Goiás, foi candidato a Deputado Estadual em Goiás. Hoje é presidente da cooperativa da Polícia Militar de Goiás.

Antonio Alves da Silva, Major da Ativa da Polícia Militar de Goiás. Iniciou seus interesses pela política ainda quando estudante secundarista. Suas ligações com políticos de Goiânia conduziram-no à candidatura a Deputado Estadual no último pleito em Goiás, pelo Partido Liberal em coligação com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Exerce hoje a função de sub-diretor da Policlínica da Polícia Militar.

Miguel Silvestre de Araujo, Capitão da Polícia Militar de Goiás, frequentando o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais na Academia da Polícia Militar de Goiás. Pelo fato de sempre dar atenção às questões políticas foi que lançou-se candidato a Deputado Federal em 1990, mesmo sem ter sido eleito acredita que os votos que obteve foram significativos e pretendo continuar atuante na política.

Coaraci Nogueira de Castilho, Capitão da Polícia Militar do Mato Grosso do Sul, frequentando o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais na Academia de Polícia Militar de Goiás. Foi candidato a Deputado Estadual em seu Estado no pleito de 1990. Com 6.500 votos ficou na primeira suplência e acredita ser convocado à Assembléia em 1992, visto que alguns Deputados Estaduais pretendem candidatar-se a Prefeito em alguns Municípios.

4 - Opiniões dos Entrevistados

Na questão nº 3 do rol de perguntas, os entrevistados são unânimes em afirmar que existem pessoas com instru-

ção escolar satisfatória e pouco conhecimento político ou até mesmo ser um analfabeto político. Entretanto deparamos com pessoas analfabetas por não saberem ler e escrever mas, com vasto conhecimento político.

Quando abordamos a questão nº 5, a maioria dos entrevistados concordou com a colocação de que o policial militar com o conhecimento político-social, teria comportamento mais respeitoso para com o manifestante. Acrescento aqui a posição do Vereador Paulo Souza Neto: "A instrução do policial militar, por si só, não resolve o problema da violência policial, sendo necessária mudança no sistema sócio-econômico do País".

As opiniões a respeito da problemática da questão nº 6 são idênticas às da questão anterior, inclusive com a mesma observação do vereador Paulo Souza Neto.

O assunto abordado na questão nº 7 levou-nos a conclusão das opiniões de que os policiais militares não tem a prática da participação política e a própria corporação ainda dificulta essa atuação. Acrescente-se a desconfiança que alguns candidatos da corporação inspiram na tropa. Note-se, ainda, a particular colocação do vereador Paulo Souza Neto quando diz que "Um parlamentar não pode se prestar a defender apenas a corporação mas, toda a sociedade".

As opiniões a respeito da filiação partidária do policial militar, enfocada na questão nº 9, de um modo geral, são favoráveis e não vêem inconveniente. Resalva feita pelo Coronel PM Raimundo Cardoso que, apesar de concordar com o direito de votar do policial militar, acha inconveniente a filia

ção partidária por que pode haver quebra da disciplina.

Na questão nº 10 - Unificação da Polícia Militar e Polícia Civil - As opiniões são divergentes. Uns acreditam que como está é bom, e para melhorar é necessário que cada uma das corporações conscientize-se de suas obrigações; outros ^{crem} que há uma descontinuidade nas ações das duas corporações, deixando margem para atuação de contraventores e criminosos, com prejuízo para a sociedade, daí a necessidade de uma polícia única. Vale salientar a particular visão do capitão Castilho: Como político vê necessária a unificação, já que o Brasil é pobre e pela convivência política em Brasília, acredita que a unificação é inevitável e necessitamos urgentemente discutir o assunto entre nós policiais militares para que não sejamos apanhados desprevenidos. Cita ainda, que nos debates da última constituinte, enquanto existia um General tratando os interesses das Polícias Militares, a Polícia Civil se fazia representar em comitiva de Delegados.

Quanto ao assunto da questão Nº 11, as opiniões de um modo geral são de que essa formação militar imposta pela revolução de 64, não é mais refletida hoje nas ações policiais militares. Inclusive acrescentou o Capitão Silvestre, que muitas vezes a violência do Policial Militar é consequência de suas frustrações no anseio de moradia, alimentação e outras necessidades básicas de sua família.

Na abordagem da última questão todos foram unânimes que os compromissos assumidos com o colégio eleitoral da Polícia Militar devem estar voltados para o homem e sua corporação. sua formação profissional, condições sociais e equipamentos da organização.

Concluimos, das opiniões dos entrevistados, que a política está presente na vida das pessoas e da sociedade. Que na relação governo e governado, todas as classes sociais devem ter seu espaço para que aconteça a interação sem traumas ou violências.

A Polícia Militar sendo uma instituição pública com desempenho profissional direcionado para a população e com esta convivendo permanentemente, necessário se faz que seus componentes tenham liberdade de participação conjunta nas transformações sociais.

A participação Política da corporação poderá se dar diretamente nos acontecimentos populares - com opiniões através dos veículos de comunicação de massa - e, também nas eleições - com seus candidatos, da corporação ou não -. Inclusive com filiação partidária dos policiais militares, levando-os a melhor compreensão dos fatos sociais, maior tolerância e respeito para com o contribuinte.

CONCLUSÃO

No desenvolvimento do nosso trabalho, procuramos mostrar a associação da Polícia Militar com a Política.

Vimos que a ciência política é nova e, principalmente, como canal de entendimento e ligação entre governo e sociedade. Entre as classes sociais, ela interage de forma ajustadora e sincronizadora.

Fazendo parte das vidas das pessoas, a política, se faz presente e necessária em toda a sociedade, em todas as classes sociais. Ela é o canal por onde fluem as ações e reações dos grupos organizados, no processo natural de evolução do homem. Ficar à margem desse processo evolutivo, é viver com seus ultrapassados conceitos e valores.

Analisamos várias associações de classes, nas quais verificou-se a notória presença da política em suas linhas de ações. Nenhuma associação restringe-se às questões específicas que lhe são pertinentes, mas vão às causas desses problemas através da prática política. A Igreja, vimos, utiliza-se da política para auxiliar a sociedade em sua evolução, recebendo em troca, o respeito e consideração dessa sociedade.

Vimos que a Polícia Militar não está participando po

liticamente das transformações, pelas quais passa a sociedade, desde a revolução de 64, Gerando descontentamento com sua atuação militarizada: o levantamento da questão unificação das Polícias Civis e Militares é reflexo desse descontentamento da sociedade.

Queremos conseguir, com o nosso trabalho, despertar os companheiros policiais militares, para ^o discussão e aprofundamento da questão política e Polícia Militar. Inclusive sugerimos que a política seja tratada de uma maneira diferenciada para o efetivo pronto e para o efetivo em formação.

Considerando-se que o grau de instrução do efetivo de Cabo e Soldado existente é variado, bem como a dispersão desse efetivo distribuído nas várias unidades, sugerimos que seja elaborado um programa anual de palestras e debates para as unidades da capital e do interior, onde devem participar estudiosos e militantes da política em seus vários setores. De ^{to} forma, ~~a~~ ^{irá situar-se} situar o policial militar nas questões governo e sociedade organizada.

Para o efetivo em formação - cursos de formação de Soldados, Sargentos e Oficiais - seja incluído nos currículos dos cursos o assunto política, de forma a se ter uma tropa mais instruída no assunto, a médio prazo.

Com uma pesquisa interna pode-se detectar vários Oficiais e Sargentos com elevado conhecimento do assunto. Esses Policiais Militares poderão ser convidados a fazerem parte, juntamente com os militantes civis, da equipe de instrutores e palestrantes para o efetivo em formação e para o efetivo pronto. Logicamente, parte desses policiais seriam distribuí-

dos nos efetivos das unidades.

Antes de iniciar o programa anual, conveniente se faz que hajam reuniões desses companheiros e instrutores para perfeito entendimento com o Cmdº Geral da Polícia Militar de Goiás, através da Divisão de Ensino, quanto às diretrizes gerais do programa.

Deixamos aqui registrada a máxima jurídica "JUS NOM SUCURRIT DORMIENTIBUS" - em vernáculo - O direito não socorre os que dormem.

BIBLIOGRAFIA

- 1) BRUIT, Héctor H. O Imperialismo (Discutindo a História). 8ª ed., São Paulo, Atual, 1991.
- 2) BRUIT, Héctor H. Revoluções na América Latina (Discutindo a História). 3ª ed. São Paulo, Atual, 1988.
- 3) BUTSON, Thomas. Gorbachev (Os Grandes Líderes do Século XX). São Paulo, Nova Cultural, 1990.
- 4) CATLIN, George E. Gordon. Tratado de Política. Trad. Dutra, Waltensir. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.
- 5) CRICK, Bernard. 41 em Defesa da Política. Trad. Sobrinho, Juan A. Giffi. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1975.
- 6) DAHL, Robert A. A moderna Análise Política. Trad. USAID, Rio de Janeiro, 1966.
- 7) DEBRUN, Michel. O Fato Político. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1962.
- 8) FÉ E POLÍTICA, Movimento. Cadernos Fé e Política. Petrópolis - RJ, Artes Gráficas, 1989.
- 9) LULA - BISOL, Comitê Nacional. Sociedade. São Paulo, FG,

- 1989.
- 10) LULA - BISOL, Comitê Nacional. Democracia. São Paulo, FG, 1989.
 - 11) LULA - BISOL, Comitê Nacional. Questão Urbana. São Paulo, FG, 1989.
 - 12) LULA - BISOL, Comitê Nacional. Economia. São Paulo, FG 1989.
 - 13) PINSKY, Jaime. As Primeiras Civilizações (Discutindo a História). 7ª ed., São Paulo, Atual, 1990.
 - 14) ROSSI, Clóvis. A Contra Revolução na América Latina (Discutindo a História). 3ª ed., São Paulo, Atual, 1987.
 - 15) SIMÕES JR., José Geraldo. O Pensamento Vivo de CHAPLIN 2. São Paulo, Martin Claret, 1990.
 - 16) SINGER, Paul. A Formação da Classe Operária (Discutindo a História). 9ª ed., São Paulo, Atual, 1990.
 - 17) TERRA, Comissão Pastoral. Conquistar a Terra, Reconstruir a Vida. Petrópolis - RJ, Vozes, 1985.
 - 18) TERRA, Comissão Pastoral. Luta pela Terra: Caminho de Fé. São Paulo, Loyola, 1990.
 - 19) TERRA, Comissão Pastoral. Seu Compromisso Eclesial e Político. 3ª ed., Goiânia - GO, 1987.
 - 20) TRABALHADORES, Central Única. Jurídico e Relações Sindicais nº 4 (Cadernos da CUT). São Paulo, Maria Silva Portela de Castro, 1990.

21) TRABALHADORES, Central Única. Estatuto.

ANEXOS

04 Fitas K-7, Contendo Entrevistas

Fita 01

- Deputado Estadual de Goiás, Norberto José Teixeira.
- Major PMGO Antonio Alves da Silva.

Fita 02

- Major PMGO Antonio Alves da Silva (Continuação).
- Coronel PMGO Raimundo Cardoso.
- Vereador de Goiânia, Paulo Souza Neto.

Fita 03

- Vereador de Goiânia, Paulo Souza Neto (Continuação).
- Capitão PMGO Miguel Silvestre de Araujo.
- Capitão PMMS Coaraci Nogueira Castilho.

Fita 04

- Capitão PMMS Coaraci Nogueira Castilho (Continuação).

RESUMO

No presente trabalho mostramos que a ciência política se faz presente em todas as camadas da sociedade, em todas entidades de classes, na vida de todas as pessoas.

Mostramos que a Polícia Militar, em sua história existencial, vem transformando-se através de acontecimentos e fatos políticos sem determinação ou vontade próprias. Seus componentes foram sempre corceados nos direitos de entender e discutir política, ficando, dessa forma, a corporação exposta às decisões de engrenagens políticas.

No primeiro capítulo enfocamos a ciência política nas suas origens, surgimento e evolução até nossos dias. Tratamos da conceituação dada por vários estudiosos do assunto e encerramos com um conceito moderno sobre política.

Mostramos no segundo capítulo a presença da política nas classes sociais, nas vidas das pessoas. Enfocamos o Sindicato, a Igreja, etc...; onde o surgimento e evolução dessas entidades ocorrem sempre em função de entendimentos e fatos políticos.

Quando colocamos diretamente, no capítulo três, a política e a Polícia Militar demos ênfase aos acontecimentos na

história da corporação, onde são determinados por discussões e decisões políticas sem, contudo, a participação da corporação.

Mostramos que os policiais militares convivem diuturnamente com a sociedade e dela faz parte. Entretanto é colocado à margem das transformações sociais, pelo fato de que não lhes é dado o direito de participação desses fatos políticos que norteiam a humanidade.

A necessidade que temos, nós policiais militares, de possuímos conteúdo político é enfocado no capítulo quatro. Mostramos que somos utilizados politicamente e não recebemos em troca nem mesmo remuneração suficiente para suprir nossas necessidades primárias de moradia, alimentação, escola, etc.

Como respaldo de nosso trabalho contamos com opiniões de políticos civis e de políticos policiais militares, através de entrevistas gravadas em fita K-7 - anexa à monografia -, das quais enfocamos alguns pontos significativos.

Finalmente concluímos o presente trabalho, sugerindo algumas medidas, à Polícia Mista de Goiás, afim de aprendermos, discutirmos e fazermos uso da ciência política, para tornarmos-nos aptos e participativos nos acontecimentos político-sociais.